ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLEGIADO DO CAMPUS PINHEIRAL		
Presidente: Lívia Puello de Barros Gil	**Data:** 20/07/2022	**Nº:** 06

Aos vinte dias do mês de julho de 2022, às treze horas e quarenta e cinco minutos, foi realizada a sexta reunião do Colegiado do Campus. Estiveram presente a presidente Lívia Puello de Barros Gil, os representantes docentes Cilmar Santos de Castro e Lionel dos Santos Feitosa Rodrigues, os representantes dos técnico-administrativos Victor Lopes Teixeira Alvarães, Rosângela Antunes Terra, Leonardo de Souza Campos e Marlon Sarubi da Silva, o representante discente Lucas Eduardo de Freitas Trindade, o representante da Direção de Ensino, Roberto Pires Silveira, Direção de Administração, Sandro Luiz Batista Machado, Direção de Apoio Técnico ao Ensino e Produção, Vanessa Ferreira de Macedo, o representante da Direção de Extensão, Pesquisa Pós-graduação e Inovação, Marcos Fabio de Lima Miranda e as convidadas Amanda Veloso Garcia, Aline Camila de Souza Ferreira, Marcela M. Fogagnoli Erthal e Leyza Buarque Lucas. A Professora Lívia iniciou a reunião dando boas-vindas aos membros. **INFORMES GERAIS:** Lívia informa sobre a consulta pública do fluxo de trânsito de automóveis e pedestres no Campus Pinheiral e que o resultado será dado na Reunião Geral dia 27 de julho de 2022. Explica que o controle de entrada e saída de veículos será realizado por um crachá de identificação. Todos os servidores e agentes públicos (terceirizados) devem fazer o cadastro prévio do seu veículo para agilizar o trabalho na portaria e reforçar a segurança no Campus. Este crachá deverá ficar dentro do veículo em local visível pelo tempo que permanecer no Campus. Comunica que a Festa Julina será dia 30 de julho, das 17h às 22h, sob a organização do Grêmio Estudantil e da DEPPI, e que a participação de todos é muito importante. Avisa que a chave da sala do Grêmio Estudantil e Diretório Acadêmico Nilo Peçanha – DANP foi entregue aos presidentes das representações estudantis e que eles são responsáveis por essa sala. Fala que o transporte dos estudantes de Piraí está em funcionamento desde o dia 01 de julho de 2022, após algumas reuniões da equipe diretiva com a Prefeitura do Município para reivindicar pela disponibilidade de horários das linhas de ônibus compatíveis aos horários de aula. Divulga que o Encontro de Ex-Alunos foi adiado para o dia 05 de novembro de 2022, decisão tomada pela equipe diretiva junto a comissão organizadora do evento, por causa das medidas restritivas no período eleitoral. Todos estes assuntos foram divulgados no InForme. Esclarece que visando uma melhor comunicação com a comunidade, a convocação para as reuniões do COCAM e a inserção de pauta será antecipada para que as pautas possam ser publicadas no InForme de quarta-feira que antecede o COCAM. Dando continuidade seguiu-se para o próximo ponto de pauta, **APROVAÇÃO DA ATA 05**: Lívia pergunta se todos estão de acordo com a Ata 05 que foi enviada por e-mail para todos os membros. Todos aprovam a ata para publicação. Seguiu-se para o próximo ponto de pauta, **FLUXOGRAMA PARA CASOS DE ASSÉDIO / DISCRIMINAÇÃO / INJÚRIA / CAPACITISMO:** Lívia explica que na segunda-feira passada, estiveram reunidos a Direção Geral, Direção de Ensino, Coordenação Técnico-Pedagógica – CoTP, Coordenação de Turnos – CoTur e os Núcleos Institucionais para discutir e definir o fluxograma. Lembra que este ponto de pauta na gestão passada tinha sido encaminhado para uma reunião extraordinária, mas que em consenso com o grupo foi decidido apresentar nesta reunião para que, após a aprovação, a equipe diretiva pudesse divulgar a comunidade no segundo semestre do ano letivo e pergunta se todos estão de acordo com essa proposta. Todos aprovam a apresentação do fluxograma. Lívia passa a palavra para o Roberto, Diretor de Ensino, quem fará a apresentação do documento. Roberto apresenta o fluxograma que se divide em 4 fases. Esclarece que o grupo definiu que o primeiro acolhimento nesses casos fosse encaminhado para CoTP e Psicóloga. Explica que essa orientação foi dada pela Pró-Reitoria de Ensino – PROEN e pelo Núcleo de Implantação de Atividades Correcionais – NIAC. Reforça que a CoTP é o setor institucional habilitado e capacitado para receber esses tipos de casos. Explica que outros setores ou servidores podem realizar o acolhimento, mas que os casos precisam ser encaminhados a CoTP para que sejam registrados no livro de ocorrências e tomada as devidas providências, conforme o fluxograma. Lívia complementa que quando a denúncia é enviada ao NIAC é criada uma portaria de apuração para cada caso, sendo os servidores portariados de Campus diferentes do que fez a denúncia. Quando o caso é encerrado e

arquivado, a portaria é desfeita. Marcela pergunta se toda denúncia é enviada ao NIAC. Roberto responde que somente as denúncias que envolvem servidores. Marcela pergunta se conseguimos acompanhar o processo. Lívia responde que não, pois o processo é sigiloso. Marcela pergunta novamente se alguém pode acompanhar esse processo, para ver o andamento. Lívia responde que ao final do processo, o NIAC entra em contato com o servidor e sua direção/chefia imediata para comunicá-lo sobre a medida punitiva adotada e o encerramento do processo. Rosângela pergunta se o aluno pode relatar o ocorrido a CoTP e em paralelo fazer uma denúncia na ouvidoria. Roberto responde que ele pode fazer isso a qualquer momento, mas não está previsto no fluxograma. Lívia complementa que quando a denúncia for para a ouvidoria, o Campus não terá acesso a denúncia e nem aos desdobramentos, somente a decisão final, caso seja informada. Marcos Fabio diz que a ouvidoria recebe o relato, faz uma análise e, se precisar de esclarecimentos, entrará em contato com o Campus. Amanda relata que no fluxograma não consta se a CoTP decide se será dado encaminhamento ao NIAC ou não. Roberto afirma que isso não cabe a nós decidir, se tiver o envolvimento de servidores, deverá ser encaminhado. Lívia esclarece que quando envolve servidor, não há acompanhamento dos núcleos institucionais para evitar a exposição do caso e do servidor, além disso, os núcleos de estudos devem elaborar, fomentar e promover ações de ensino, pesquisa e extensão em todos os níveis de ensino, conforme previsto em regulamento, não sendo suas atribuições registro e acompanhamento dos casos. Leyza diz que além do fluxograma temos o dever de reportar o caso recebido ao Conselho Tutelar. Lívia afirma que somente a Direção Geral envia ofício aos órgãos externos, como o Conselho Tutelar. Lionel reforça que em caso de menores temos que levar em consideração o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e que o núcleo deve participar do acolhimento junto com a CoTP. Vanessa explica que participa de algumas ações do NIAC e sugere uma reunião para orientações e sanar algumas dúvidas sobre esses assuntos. Todos concordam com a ideia. Roberto explica que as orientações são que os núcleos são órgãos de formação e capacitação aos setores e não de acolhimento e registro. Lívia complementa que qualquer pessoa pode acolher, mas o caso só se torna oficial se ele for registrado na CoTP. Amanda sugere que inclua no fluxo uma observação que a CoTP pode consultar os núcleos institucionais, quando acharem necessário. Vanessa explica que a CoTP não filtra, ela recebe e registra, acolhe as partes separadamente, junta toda a documentação e encaminha para a Direção Geral, que tomará as devidas providências. Roberto explica que nos casos que envolvem servidores a CoTP não deve fazer o acolhimento. Esse registro é feito pela Direção Geral e encaminhado ao NIAC, que fará a análise do caso e dos desdobramentos necessários. Leonardo fala que após feito o encaminhamento ao NIAC, o campus não terá mais nenhum retorno sobre o caso. Roberto finaliza a explicação do fluxo. Vanessa sugere que os núcleos institucionais devem fazer um trabalho de sensibilização junto aos servidores e se coloca à disposição para ajudar a criar essas ações. Lionel pede o apoio das direções para que os servidores participem. Roberto fala que alguns servidores não se sentem confortáveis em participar com alunos e professores, precisamos fazer atividades específicas para eles. Cilmar sugere que o fluxo tenha uma parte descritiva para que evite outra interpretação. Roberto conclui que identificou 3 encaminhamentos, inserção de um texto explicativo, a remoção do "quando necessário" que o caso deve ser encaminhado ao órgão externo e o registro oficial na CoTP, que pode ter a participação dos núcleos institucionais, se for necessário. Outro encaminhamento dado foi as ações informativas dos núcleos aos servidores. Amanda sugere que o caso seja registrado na ouvidoria também. Lívia coloca o fluxograma com os devidos ajustes apontados para votação. Todos aprovam. Dando continuidade seguiu-se para o próximo ponto de pauta, **APRESENTAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DO ALOJAMENTO FEMININO ESTUDANTIL:** Lívia apresenta os nomes dos membros da comissão do grupo de trabalho para "Estudo, avaliação e análise sobre a viabilidade de abertura de alojamento feminino" composta por servidores, alunas que compõe o Grêmio Estudantil e a mãe de uma aluna que mora em Passa Vinte. Leonardo esclarece que o trabalho desta comissão não é para saber se precisa ou não do alojamento, é para o estudo de viabilidade. Lívia informa que será solicitada a portaria para que a comissão possa começar os trabalhos. Lionel questiona a inclusão de algum docente nesta comissão. Leyza se prontifica a participar. Lívia passa a palavra ao Wellington,

pedagogo responsável pela Assistência Estudantil, para uma breve explanação sobre os auxílios recebidos pelos alunos. Ele esclarece que até o ano de 2018 o campus recebeu um repasse exclusivo para o alojamento pelo Governo Federal, mas hoje não temos mais essa verba. Todos os auxílios saem do mesmo montante. Os auxílios são distribuídos pela renda per capita dos alunos e para todos eles são abertos editais de participação. O auxílio moradia, antes destinado somente às meninas, com a pandemia e o menor número de vagas no alojamento masculino, conseguimos disponibilizar também para os meninos. No entanto, os meninos preferem receber o auxílio a ficar no alojamento, por causa do horário determinado de entrada e saída, finais de semana e outras regras. Os alunos são classificados para o recebimento dos auxílios, através da análise dos documentos. Os alunos de renda per capita acima de um salário-mínimo e meio não recebem os auxílios, contudo se em determinado momento a renda cair é feita uma reavaliação da situação do aluno. Alguns alunos são desclassificados por falta de documento, porém assim que o documento for apresentando ao setor ele começa a receber o auxílio. Os alunos podem se inscrever em todos os auxílios, mas não pode ultrapassar um salário-mínimo, sendo este o limite de valor para cada aluno. Lionel pergunta se o valor recebido pelo governo é separado entre ensino médio e graduação. Wellington responde que não, o único critério é a renda per capita. A distribuição da verba é feita entre auxílios, monitoria e EJA. O repasse do Campus depende do quantitativo de alunos. Marcos Fabio aponta o Campus Muzambinho como referência de alojamento feminino. Lívia reforça que a primeira ação da comissão deveria ser uma visita ao alojamento masculino para conhecer, analisar e ter alguns parâmetros. Dando continuidade, próximo ponto de pauta, **ATRIBUIÇÕES DOS COORDENADORES DOS NÚCLEOS INSTITUCIONAIS NEABI e NUGEDS (REGULAMENTOS)**: Lívia apresenta as portarias que designam os servidores que compõem os núcleos NEABI e NUGEDS, com exceção do NAPNE que precisa de atualizações. Apresenta partes dos regulamentos dos núcleos institucionais e destaca alguns artigos importantes no regulamento: Art. 3º (NAPNE) e Art. 2º (NEABI e NUGEDS) articulado com a Pró-Reitoria de Extensão, por meio da Coordenação Geral de Diversidades e em cada campus ligado diretamente à Direção Geral. Os núcleos em cada campus estão ligados diretamente à Direção Geral e por esse motivo temos que nos unir mais e trabalhar em parceria. Sobre a participação dos núcleos no COCAM, o NEABI Art. 10, tem garantido o assento, com direito a voz, no Colegiado de Campus e no Fórum Acadêmico. O NUGEDS Art. 14, representar o NUGEDS nas reuniões do COCAM, acompanhando e assessorando as discussões e deliberações dos demais conselheiros. Amanda fala que em sua interpretação os "demais conselheiros" pode incluir o núcleo como um conselheiro também. Lívia discorda desta interpretação e acrescenta que se o NEABI ou NUGEDS tem essa dúvida ou querem ter direito a voto no Colegiado de Campus, qualquer alteração nos regimentos deve ser submetida e aprovada pelo Conselho Acadêmicos de Extensão – CAEX, assim como pelo Conselho Superior – CONSUP. Marcos Fábio sugere uma consulta ao Procurador Federal para que possamos equiparar os direitos a voz e voto em todos os Campi. Dentre as atribuições do NEABI, o Art. 3 das finalidades afirma que o núcleo tem que contribuir, fomentar e colaborar na elaboração, execução e monitoramento da política institucional do IFRJ, em especial no que tange às ações afirmativas, incluso nos processos seletivos e concursos públicos oferecidos pela instituição, no que se refere à reserva de vagas para populações indígenas e negras. Lívia fala sobre as matrículas nos cursos de graduação da semana passada, alguns estudantes estão inscritos em cotas e precisam ser avaliados pela Comissão de Heteroidentificação. Esta comissão precisa de, pelo menos, três membros para fazer a avaliação, mas tivemos a participação somente de dois professores, o Reginaldo Ribeiro Soares e a Aline Camila Luz Ferreira. Na sexta-feira não conseguimos três membros para compor a comissão e os dois candidatos que vieram ao campus tiveram que retornar na segunda-feira para fazer a matrícula, porque não tinha membros da comissão disponíveis e isso prejudica o processo seletivo. As próximas datas serão em agosto. Lívia mostra os membros da comissão portariada e informa que temos que enviar até o dia 22 de julho de 2022, a atualização dos membros da comissão para a criação de uma nova portaria. A nova portaria não deve sair antes de agosto, mas para o processo seletivo dos Cursos Técnicos integrado ao Ensino Médio. Destaca a importância de colocar um presidente nessa comissão que faça parte do NEABI. Quem estava na portaria e

presidia a comissão era a professora Patrícia Manuela de Souza, mas ela pediu para sair. A professora Ana Cristina de Moura Delfim Maciel, era substituta e terminou o contrato e o professor João Carlos Filho já sinalizou a sua saída da comissão. Leonardo complementa que hoje temos apenas o professor Reginaldo Ribeiro Soares como titular e alerta que com essa falta o campus está prejudicando os alunos cotistas, os alunos de ampla concorrência vêm ao campus e faz a matrícula, o aluno cotista depende dessa avaliação para efetuar a matrícula, se não tiver três membros da Comissão de Heteroidentificação, ele vai embora e tem que voltar outro dia. Lívia esclarece que Leonardo deu apoio para não prejudicar os alunos, mas que precisamos resolver essa demanda. Lionel ressalta que a Reitoria não dá suporte para essas demandas e que temos que rever o horário que essa comissão trabalha para que não coincida com as férias docentes. Não temos equipamentos para fazer a gravação da entrevista, a Assessoria de Comunicação não empresta a câmera, temos que fazer a gravação pelo celular e nem sempre fica bom. São problemas que precisam ser sanados, pois isso faz com que as pessoas não queiram participar desta comissão. Amanda corrobora com o professor Lionel. Leonardo concorda com a falta de suporte da Reitoria e diz que os Diretores Gerais têm cobrado isso e defende a necessidade de criar um cronograma de trabalho para esta comissão. Ele se colocou à disposição em ajudar nas gravações e conseguiu ajustar o horário das avaliações das 15h às 17h. Informa que hoje precisamos de um presidente e de indicação de nomes de docentes para compor a comissão, já que temos que responder a solicitação até o dia 22 de julho de 2022. Victor fala que essa comissão tem relação direta com o NEABI e que seria interessante que um integrante do núcleo assumisse a presidência dessa comissão. Lívia diz que essa é a proposta e, por isso, trouxemos para a reunião. Concorda que não temos condições adequadas, mas se não tivermos servidores disponíveis e não fizermos o que temos ao nosso alcance, nós vamos impedir que esses alunos cotistas façam matrícula e a ampla concorrência pode ocupar essas vagas. Cilmar complementa dizendo que existem problemas relacionados a logística e técnico, mas neste momento temos que resolver a questão com o celular mesmo, que a câmera do celular às vezes é até melhor e mais fácil de usar do que uma outra qualquer. Lívia reforça a importância de a comissão ser composta por técnicos e docentes, para que possamos ter uma melhor flexibilização de participação, porém hoje temos defasagem da participação docente, temos apenas dois professores. Lionel, representante do NEABI, teve a atribuição de comunicar esta demanda aos demais integrantes do núcleo e verificar se alguém pode compor e assumir a presidência da comissão, além de enviar os nomes até amanhã. Leonardo sugere uma escala entre os próprios membros do NEABI para participação anual da comissão e informa que podemos pedir a atualização da portaria anualmente. Lionel reforça que a participação do NEABI é muito importante, mas não é exclusivamente do NEABI. Lívia reforça que gostariamos que a presidência fosse do NEABI. Dando continuidade seguiu-se para o próximo ponto de pauta, **MEDIDAS RESTRITIVAS NO PERÍODO ELEITORAL:** Lívia apresenta alguns pontos principais da cartilha "Eleições 2022 – Conduta legal e procedimentos no âmbito do IFRJ" elaborada pela Reitoria sobre as medidas restritivas no período eleitoral. Informa que o link de acesso a todo o documento foi compartilhado no Informe 118, no dia 06 de julho de 2022. Cilmar destaca o uso do WhatsApp, que não está especificado na cartilha, por não ser uma ferramenta oficial, mas que também é complicado, caso um estudante visualize uma postagem e entenda com alguma referência política. Lívia esclarece que o processo seletivo pode ser divulgado e os comentários estão abertos para que possamos marcar outras pessoas, mas as reuniões online e transmissões ao vivo estão proibidas, pois não temos como impedir alguma manifestação política. Lucas pergunta sobre a situação dos estudantes, já que a cartilha é direcionada aos servidores. Lívia responde que os estudantes são enquadrados como pessoa física, mas que dentro do Campus é proibida qualquer tipo de manifestação política. Cilmar sugere colocar na portaria um aviso das restrições para que a comunidade externa e interna fique ciente. Lívia fala que a equipe diretiva analisará a sugestão, pois é importante a comunicação clara e transparente com a comunidade. Vanessa pergunta se teria algum problema a divulgação do evento V Ciclo de Debates do Dia da Mulher Negra – II Jornada Marielle Franco. Lívia diz que pode ter problemas e, por isso, este material não deve ser divulgado nos meios institucionais. Sabemos que ela não é candidata, mas sua imagem se associa a um candidato e um

partido político. Neste momento, o ideal seria retirar o nome e a foto dela da divulgação do evento. Marcela sugere uma consulta/parecer jurídico. Leonardo responde que não teríamos uma resposta rápida para esta consulta, tendo em vista que o evento ocorrerá em breve. Dando continuidade, seguimos para o próximo ponto de pauta. **CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO – EJA:** Lívia passa a palavra para a professora Aline Camila, presidente do Grupo de Trabalho (GT) para a criação do Curso Técnico em Administração Integrado na modalidade PROEJA – Educação de Jovens e Adultos – EJA. Aline inicia sua apresentação com um breve histórico dos trabalhos, desde 2019 quando a Direção Geral solicitou aos colegiados propostas para criação de cursos para a EJA. O Colegiado de Administração, num primeiro momento optou pelo curso de Secretariado, mas percebeu que este curso poderia se direcionar para um público mais feminino e decidiram manter o curso de Administração. Em fevereiro de 2020, foi criado um GT para essa formação, que teve suas atividades acadêmicas presenciais suspensas por causa da pandemia. Em junho retomaram as atividades, de forma remota, e a proposta foi aprovada no Colegiado de Campus e enviada a Pró-Reitoria de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico – PROEN. No entanto, somente em maio de 2021 a PROEN nos respondeu e solicitou alguns ajustes. Após as devidas alterações, o curso foi apresentado ao Fórum da Educação de Jovens e Adultos – FEJA e a comunidade interna do campus em reunião geral. Em paralelo a isso, o curso também foi enviado ao Conselho Acadêmico do Ensino Técnico – CAET. Nesse mesmo período, houve a desintegração do primeiro GT e a busca de um novo grupo para dar continuidade aos trabalhos. Em janeiro de 2022, após muitos questionamentos feitos pela comunidade, o GT decidiu reorganizar a matriz curricular do curso. A matriz curricular foi modificada sendo necessária a atualização das ementas de todas as disciplinas do curso. O curso noturno anual tem 6 tempos de 40 minutos. Apresentou a proposta das ementas com a incorporação das disciplinas do ensino médio no primeiro e no segundo ano e disse que o GT solicitará aos professores a construção das ementas. Rafael pergunta se essa proposta já está no CAET. Aline responde que sim, mas que ainda está sendo revisada. Rafael pergunta sobre o prazo de fechamento para o CAET. Aline responde que eles estão aguardando o retorno das ementas das disciplinas básicas. Rafael pergunta sobre uma previsão para a abertura de processo seletivo/turmas. Aline responde que em conversa com a PROEN, foi sinalizada uma possibilidade em novembro. Lionel destaca a importância de uma força tarefa para a oferta deste curso ainda nesse ano. Rafael sugere um prazo para o retorno dos professores sobre as ementas, se não houver fica como está. Marcos Fábio sugere um prazo de 15 dias e todos concordam. Nada mais havendo a tratar, a Presidente Lívia encerrou a reunião e eu, Geovana G. I. Lemos Baptista, lavrei a ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pela Presidente do COCAM.